

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
DAS IDEIAS



PORTUGAL

VOLUME 28, 2007

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## PORTUGAL: UM ESTADO NÃO PREDESTINADO

As origens de Portugal, que derivou seu nome do nome antigo da cidade do Porto (*Portucale*, atestado desde o séc. V), têm suscitado a reflexão de historiadores e geógrafos.

Os geógrafos não encontram, nas características físicas do território, razão que suficientemente explique a autonomia de Portugal relativamente a Castela. Amorim Girão\* \* (1) escreveu: "factos derivados mais da vontade dos homens que das disposições originárias da Natureza presente-se que devem ter exercido a sua influência no traçado da fronteira luso-espanhola". E Orlando Ribeiro, que aliava ao seu entendimento de geógrafo um profundo conhecimento da história de Portugal, escreveu também: "A terra de um povo já não é um simples dado da Natureza, mas uma porção de espaço afeiçoado pelas gerações onde se imprimiram, no decurso do tempo, os cunhos das mais variadas influências. Uma combinação, original e fecunda, de dois elementos: *território e civilizações*"(2).

Poderíamos observar, com Orlando Ribeiro(3), que não nos surpreenderia um mapa político da Península Ibérica com um estado central e outros periféricos, voltados ao mar. Teríamos, então, um estado

\* Prof. Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

(1) Amorim Girão, *Geografia de Portugal*, Porto, 1960, p. 42.

(2) Orlando Ribeiro, *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, 1977, p. 19.

(3) *Idem, ob. cit.*, pp. 69-70.

correspondente a Castela e outros na Galiza, no País Basco, na Catalunha, no Levante, na Andaluzia, em Portugal. A ser assim, o problema não residiria propriamente no *porquê* da autonomia de Portugal mas no *porque não* da autonomia daquelas outras regiões (que, aliás, mantiveram durante séculos uma individualidade depois negada ou contrariada sobretudo desde o séc. XVI mas de certo modo recuperada no último quartel do séc. XX).

Seja como for, é difícil (ou mesmo impossível) explicar, por razões geográficas, a autonomia e unidade de um estado cujas fronteiras ficaram definidas nos fins do séc. XIII, após a conquista do Algarve e a incorporação das terras de Riba Côa.

Poderíamos admitir que o rio Minho constitui uma linha geográfica suficientemente importante para justificar uma fronteira. A verdade, porém, é que não foi fronteira na época romana, quando o *conventus Bracaraugustanus*, com sede em Braga, integrava a (ou a maior parte da) actual Galiza e vinha, a sul, até ao Douro; nem na época suévica, quando a diocese de Tuy descia até ao rio Lima (tendo essa diocese mantido a mesma fronteira meridional até ao séc. XV).

As ravinas do Douro internacional são uma forte barreira. Mas, na época romana, o território do *conventus* de *Asturica Augusta* (Astorga) compreendia terras da nossa província de Trás-os-Montes até ao Tua ou Tuela.

Do Douro ao Tejo, a fronteira portuguesa não tem acidente geográfico que a justifique. Poderíamos aqui observar que há uma notável coincidência da actual raia com os limites do reino suévico nos fins do séc. VI, tal como o conhecemos através do *Parochiale Suevum* (lista das dioceses e paróquias daquele reino por volta de 580). Mas, nesse caso, a fronteira seria política, ou melhor, eclesiástica e não geograficamente justificada. Acresce que tal fronteira existia por volta de 580, mas não sabemos se se manteve por tempo suficiente para criar sentimentos de identidade e de diferença que só se formam na longa duração.

No Sul, o Guadiana não é obstáculo difícil de transpor. Em considerável parte do seu percurso, separava, na época romana, as duas províncias da Lusitânia e da Bética; mas o *conventus* de *Emérita Augusta* (Mérida) entrava em terras actualmente portuguesas, integrava as áreas de Eivas e Portalegre e vinha possivelmente até Ponte de Sor, onde também confluíam os *conventus* de *Pax Iulia* (Beja) e de *Scallabis* (Santarém).

As referências que acabámos de fazer aos limites das províncias e dos *conventus* romanos servem para concluir que, não encontrando nós na

geografia uma razão para explicar a autonomia e as fronteiras de Portugal, também não encontramos nas divisões político-administrativas romanas - ao contrário do que, por alguns historiadores, foi proposto.

Não existe também nenhuma coincidência, nem sequer aproximada, do território dos Lusitanos com o actual território português. Mantendo a nossa ideia de que os Lusitanos ocupavam terras da Beira Interior mas também da actual província espanhola da Extremadura<sup>(4)</sup>, não julgamos oportuno reproduzir aqui os argumentos com que sustentámos tal tese. Mas não se nos afigura inútil discutirmos se os Lusitanos eram, ou não, uma etnia - no sentido que hoje damos ao termo: um povo que tem consciência de si mesmo como um *nós*, isto é, que tem o sentimento da sua identidade e da sua diferença e distância relativamente a outros povos, que trata como *outros*.

Sabido é que Estrabão definiu os Lusitanos como a maior das etnias da Península Ibérica e que os Romanos encontraram neles (e não só no tempo de Viriato) uma resistência que nenhum outro povo hispânico sustentou. Mas será que os Lusitanos tinham consciência de si mesmos como uma unidade?

A posição ingénua que disso não duvidava entrou em descrença com os progressos da Antropologia Cultural. Está hoje provado que muitas "tribos" das áreas colonizadas pelos Europeus, na África ou nas Américas, são ficções ou criações dos colonizadores, muitas vezes por conveniências político-administrativas: "povos" que a si mesmos se consideravam diferentes e autónomos foram integrados numa suposta "tribo", ou parte de um "povo" foi integrada numa "tribo" enquanto outra parte foi atribuída a outra "tribo", criando-se assim unidades artificiais sem qualquer mesmidade internamente ou colectivamente sentida. Será que os Lusitanos foram uma criação dos Romanos?

Parece-nos, por razões que naquele nosso citado artigo apresentámos, que os Lusitanos tinham consciência da sua identidade e se pensavam e relacionavam como um "povo" ou uma "etnia". A própria resistência que ofereceram aos Romanos é dificilmente explicável sem esse sentimento de

<sup>(4)</sup> Jorge de Alarcão, "Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos)", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 4(2), 2001, pp. 293-349.

unidade. Não terá sido a guerra contra os Romanos que criou tal unidade, ainda que tenha certamente reforçado uma identidade já existente.

A filiação de Portugal na Lusitânia de Viriato é, porém, insustentável. Os povos do Noroeste, que os Romanos apelidaram de Calaios, não se considerariam Lusitanos, apesar de terem com estes, consideráveis afinidades de língua e de religião (que são, sem dúvida, importantes factores identitários). Mas os Lusitanos não sentiriam afinidades com os povos do Baixo Alentejo e do Algarve, com diferente(s) língua(s) e deuses e mesmo diferentes raízes étnicas.

Excluindo uma eventual explicação das fronteiras de Portugal a partir de uma identidade étnica pré-romana que se teria mantido, eventualmente adormecida, durante o longo período da dominação romana, teremos de concluir que tinha razão Amorim Girão quando pressentia que "factos derivados da vontade dos homens... devem ter exercido a sua influência no traçado da fronteira luso-espanhola". Tais homens não terão sido apenas os reis; terão sido também bispos, mestres de ordens militares como a dos Templários, fidalgos que com alguma autonomia conquistaram terras ou as povoaram (no sentido medieval do termo). Sem querermos entrar abusivamente em tempos da Idade Média que não são os da nossa especialidade, parece-nos que D. João Peculiar, arcebispo de Braga, exigindo a sujeição dos bispos portugueses à sua tutela, contra os interesses e pretensões do arcebispo de Santiago de Compostela, é exemplo de homem que contribuiu consideravelmente para a criação de uma identidade.

A um arqueólogo que tem dedicado toda a sua vida de investigação ao estudo da época romana no território actualmente português exige-se (ou dele se espera) que procure esclarecer em que medida os Romanos reordenaram esse território e até que ponto esse reordenamento sobreviveu pelos tempos fora, eventualmente até ao nosso. Diremos, sobre isso, o que pensamos.

O *habitat* típico do Norte e Centro de Portugal, quando os Romanos integraram esta área no seu império, era o castro, isto é, a povoação fortificada no alto de um monte. Muito densos no Entre Douro e Minho, um pouco menos em Trás-os-Montes e Alto Douro, os castros distanciavam-se mais uns dos outros na zona litoral a sul do Vouga.

Não podemos imaginar os castros a partir dos dois casos mais conhecidos e dos dois sítios mais visitados: as citânias de Briteiros (Guimarães) e de Sanfins (Paços de Ferreira). As dimensões destes povoados são

excepcionais. Na sua maioria, os castros eram pequenas povoações que não excederiam a dimensão da maior parte das aldeias medievais: 8,10,12,20 fogos. A população de um castro poderia viver da exploração de um território de meia hora de marcha, isto é, não ultrapassaria 30 minutos a caminhada de um castro até ao limite do seu termo ou das suas terras próprias. Do ponto de vista económico, podemos falar de autarcia: cada povoado viveria da exploração desse termo, sem importação ou exportação do que lhe faltava ou sobejava, salvo a de um recurso naturalmente distribuído de forma muito desigual: os metais (ou os minérios). Temos de pensar, porém, que haveria pelo menos uma inter-relação necessária: a dos casamentos - pois homens e mulheres de um povoado, mesmo que neste houvesse 20 fogos, teriam de procurar fora dele os seus cônjuges.

Os casos de Briteiros e de Sanfins são diferentes. Aqui, os habitantes, em número elevado, não poderiam sustentar-se apenas dos recursos dos seus territórios próprios. Possivelmente havia tributação de outros povoados menores. A ser assim, ter-se-ia iniciado, já na época pré-romana, um processo de integração política, ainda que seja prematuro, no estado actual da investigação, avançar com cálculos relativos à dimensão dessas "unidades políticas", que não podemos designar por "estados", mas a que chamaremos "chefados". Muito contestada por alguns antropólogos ou arqueólogos, esta última designação ainda não foi substituída por outra melhor. Por isso a adoptamos, embora reconhecendo que houve, no processo de complexificação social, da Europa à Oceânia, diversos tipos de chefados e que não podemos pensar num modelo único de organização.

Ainda se repete que os Romanos, conquistando o nosso território, obrigaram as populações a descerem dos altos para as planícies, numa estratégia concertada para quebrar ou dificultar as resistências. O abandono das antigas povoações alcandoradas não se terá feito, porém, por decreto. Foram muitas as que se mantiveram. E naqueles outros muitos casos em que as populações efectivamente abandonaram os castros e se dispersaram por casais, o movimento poderá ter sido mais espontâneo que forçado.

Talvez os castros despovoados se tenham mantido como referências identitárias de comunidades agora dispersas pelos campos. A população que abandonava um castro, quando se dispersava e não se transferia para uma aldeia em cota baixa, manteria memória do antigo castro como

residência dos seus antepassados. Talvez fosse enterrar seus mortos junto do antigo povoado.

O povoamento disperso que ainda hoje caracteriza o Entre Douro e Minho terá a sua origem, pois, na época romana.

Nos actuais distritos de Évora e Beja, o tipo de povoamento que os Romanos terão encontrado suscita ainda muitas dúvidas. Aparentemente, o número de grandes povoados era reduzido e parte da população dispersava-se por casais e granjas ou quintas. Na época romana ter-se-á reforçado o sistema: o Alentejo é a província das maiores *villae* do nosso território, muitas vezes comparadas, e com razão, aos actuais "montes" alentejanos. Devemos todavia afastar a ideia de que as *villae* do Sul de Portugal atingiam dimensões de verdadeiros latifúndios: seriam raras as que ultrapassariam 200 ou 300 hectares.

São raríssimos os casos de *villae* romanas na Beira Interior. Os progressos da Arqueologia descobrirão certamente algumas de que não suspeitamos. Mas aqui parecem ser mais frequentes os casais ou as pequenas quintas. As poucas cidades que existiam (e das quais é exemplo a *Egitanea* ou Idanha-a-Velha) eram modestíssimas quando comparadas com *Pax Iulia* ou *Ebora Liberalitas Iulia*. A Beira Interior era já, na época romana, uma zona sócio-cultural e economicamente pouco desenvolvida. A mediocridade dos centros urbanos (e, conseqüentemente, dos mercados) explica, em parte, esse atraso.

O que acabámos de dizer - mero apontamento ou sugestão de um tema que merecia mais estudo - serve para sugerir que têm fundas raízes no passado algumas das assimetrias do nosso tempo.

No passado romano têm também suas raízes muitas das cidades e das estradas de Portugal.

As maiores cidades romanas ainda se mantêm, quase todas, no presente. As que, na Idade Média, foram abandonadas ou se reduziram a pequenas povoações (*Conimbriga*, *Collippo*, *Mirobriga*, Bobadela) foram aquelas que não se tomaram sedes de bispados. A correlação tem, evidentemente, excepções, como no caso de *Sellium* (Tomar) - sem que deixe de ser válida a ideia de que a escolha de uma cidade antiga como sede de bispado foi um factor importante de continuidade.

No que respeita a vias, também é verdade que a maior parte das romanas se mantiveram como eixos estruturantes do nosso território.

Os Romanos configuraram, pois, de forma duradoura, o território que viria a ser Portugal. Mas será lícito dizer "os Romanos"? A nossa

dúvida torna-se compreensível se nos perguntarmos: foram muitos os imigrantes que, vindos de Itália ou de outras zonas mais desenvolvidas do império romano, se fixaram onde hoje é Portugal?

Não cremos que tenha sido grande o número de colonos aqui estabelecidos, como também não foi grande o número de Suevos, de Visigodos ou de Muçulmanos que posteriormente aqui se fixaram. O problema da "mestiçagem" da nossa "raça" (anteriormente ao séc. XVI) talvez careça de revisão. Mas se, na época romana, na das invasões germânicas e na do domínio islâmico, o "sangue" vindo de fora pode ter sido pouco, isso não significa que tenha sido reduzida a importância dos colonos. Basta pensar que as línguas faladas no nosso território antes da chegada dos Romanos todas desapareceram e que, em pouco tempo, foi o Latim adoptado.

Se foi grande a importância dos Romanos (mesmo em aspectos aos quais não aludimos), não lhes devemos as nossas fronteiras.

Portugal nasceu de um projecto voluntarioso. Se o projecto se concretizou, não se deveu isso a condições geográficas, históricas antigas ou étnicas que de algum modo prefigurassem as fronteiras que viria (ou veio) a ter.